

compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

(...)

g) admissibilidade de proposições.

2.2 Da Iniciativa do Vereador

O presente Projeto de Lei busca instituir de forma oficial no Município de Unai o dia municipal do cursilista a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de janeiro, reconhecendo a importância do movimento para permitir experiência com os ensinamentos de Jesus Cristo.

Vê-se nas palavras do nobre autor a grande relevância que tem o cursilista e fundamenta a proposição no seguinte sentido:

“... O Cursilho é um método que gera um movimento, nos despertando e capacitando a criar núcleos de cristãos, quais sejam os cursilistas, que prossigam levando aos seus vários ambientes os critérios e valores do Evangelho, proclamando a Boa Nova, de forma vivencial e comunitária. Ser cursilista é confiar na Graça de Deus avançar para águas mais profundas. Nunca estar sozinho, sempre estar na presença de Deus, Jesus Cristo e dos amigos – irmãos pela fé! Crer na ação do Espírito Santo, acreditar na interseção de Nossa Mãe Maria Santíssima. Ser verdadeiramente um cristão comprometido sem nunca parar de lutar. Estar pronto a recomeçar a cada dia, buscar as coisas do alto, deixar-se renovar na fé em Cristo continuamente. Se deixar conduzir por Jesus Cristo, ser fiel e ter esperança. Ver que o caminho se faz caminhando, caminhar e evangelizar sem medo. Ver que é possível ser e viver como pessoa nova dia a dia, crer que Jesus Cristo é quem está conosco e nos sustenta. Viver o quarto dia intensamente. Viver, fazer e ser parte de uma grande família. Desistir nunca. Lutar sempre! O Dia Municipal do Cursilista visa homenagear todos os cursilistas da nossa cidade com o intuito do fortalecimento de uma sociedade justa, solidária e comprometida com a dignidade e a espiritualidade do ser humano (fl. 3)”.

O autor tem a iniciativa da matéria garantida pelo inciso I do artigo 188 do Regimento Interno desta Egrégia Casa:

Art. 188. Ressalvada a iniciativa privativa prevista na Lei Orgânica, a apresentação de projeto cabe:

I - a Vereador;

II - a Comissão ou à Mesa da Câmara;

III - ao Prefeito; e

IV - aos cidadãos.

Conforme dispõe o artigo 30, I, da Constituição Federal de 1988, “Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.” No mesmo sentido, o artigo 17, I, da Lei Orgânica do Município de Unaí assevera que “Ao Município compete, privativamente, legislar sobre assuntos de interesse local”.

Assim, o Projeto de Lei nº 92/2023 se insere, efetivamente, na definição de interesse local e não apresenta vício de iniciativa e impedimento para tramitar nesta Casa, já que não está elencado nas matérias de competência privativa do chefe do Poder Executivo previstas no artigo 61, §1º da Constituição Federal.

3. Conclusão:

Em face do exposto, opino, salvo melhor juízo, pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 92/2023.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 26 de junho de 2023; 79º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO ARARA

Relator Designado